

CONSIDERAÇÕES SOBRE A EFETIVIDADE DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA DA POLÍCIA MILITAR DE PERNAMBUCO

Flávia Roberta de Gusmão Oliveira

Mestranda em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco, bacharelado em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco; Soldado da Polícia Militar de Pernambuco, no período de 2004 a 2009 e Perita papiloscopista de 2009 até os dias atuais.

Email: betagusmao@gmail.com

RESUMO

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) consiste na união entre a Polícia Militar, a família e a escola na prevenção do uso indevido de drogas, materializada por meio da realização de cursos ministrados pelos próprios policiais, treinados e fardados, nas escolas. O presente artigo tem por finalidade analisar os dados obtidos na pesquisa que teve o objetivo de dar voz a estudantes, da rede pública de ensino, que participaram do PROERD nos anos de 2006 e 2007, procurando investigar como o programa na visão deles, os auxiliaram na prevenção contra o uso indevido de drogas. A justificativa para realização deste estudo consiste na necessidade de ser feita uma avaliação diagnóstica preliminar sobre a efetividade do PROERD como um programa preventivo, observando se efetivamente a experiência de ter assistido às aulas do PROERD influenciou para que os antigos alunos permanecessem longe das drogas e da violência. O procedimento para a coleta de dados tomou como referência questões que compuseram um questionário organizado com perguntas semi-abertas aplicadas com os estudantes que participaram do programa enquanto eram crianças. Foi escolhida uma amostra não probabilística, tendo em vista que não houve preocupação direta com taxas estatísticas, uma vez que foi esperada uma análise qualitativa e comportamental.

Palavras-chave: Polícia. Escola. Família. Prevenção à violência.

ABSTRACT

The Educational Program for Drugs and Violence Resistance (PROERD) consists on the union of the Military Police , family and school to prevent the misuse of drugs , materialized through the completion of courses offered by uniformed and trained police officers in schools. The present article aims to analyze the data taken by the research that had the objective to give voice to students from the public school who participated in PROERD in the years 2006 and 2007, trying to inves-

tigate how the program, on their point of view, helped them in prevention against drugs use. The rationale for this study is the need of a diagnostic assessment of the effectiveness of PROERD as a preventive program, if actually observing the experience of having attended classes in PROERD influenced that the students remain away from drugs and violence. The procedure for data collection took as reference questions that comprised a questionnaire with semi-open questions applied to students who participated in the program while they were children . It was chosen a non probabilistic sample in order that had no direct concern with statistical rates, as it was expected a qualitative and behavior analysis.

Keywords: Police. School. Family. Prevention of violence.

1 INTRODUÇÃO

A polícia militar, ao longo da história brasileira, principalmente durante o período da ditadura, foi marcada pela predominância do caráter repressor de suas ações como única alternativa no combate ao crime. Esta realidade tem mudado, e hoje é defendida a substituição do modelo antigo de policiamento, o qual se baseava unicamente na repressão, por um modelo que utilize a repressão, mas que privilegie também a prevenção da criminalidade, por meio do estabelecimento de uma polícia comunitária, que esteja próxima à população.

Uma das principais linhas de ação da prevenção da violência deve estar voltada para o uso indevido de drogas, uma vez que este uso indevido pode ser considerado como um dos possíveis responsáveis pela criminalidade, tanto pelos malefícios que pode causar levando usuários dependentes a prática de delitos para financiar seu vício, como pelo fato de que por intermédio dela ocorre o aumento do poder econômico dos traficantes, que muitas vezes estão envolvidos com outros crimes, como a corrupção, o tráfico de armas, além de homicídios, decorrentes da guerra pelo comando dos pontos de tráfico de drogas. Tal realidade foi exposta no Informe Mundial de las Drogas 2012, elaborado pela Oficina de las Naciones Unidas contra la Droga y el delito (ONUDD) conforme pode ser verificado a seguir:

¹O uso de drogas ilícitas, também está intimamente relacionado de várias maneiras com o crime. Os usuários de drogas costumam cometer crimes de motivação financeira para financiar seu vício. Além disso, quando cometem crimes, muitos cri-

minosos estão sob a influência de drogas ilícitas, o que reduz as inibições. Muitas vezes, o uso de drogas ilícitas está associada a problemas comportamentais, de acordo com a substância e as quantidades utilizadas, pode envolver ou levar à agressão ou violência. No entanto, é possível que os consumidores de drogas possuam distúrbios de comportamento e personalidade anti-social, antes de iniciar o uso de drogas, tornando-os mais suscetíveis ao crime e uso indevido de drogas. Assim, em geral os criminosos tendem a consumir um volume de droga muito maior do que o resto da população*. (ONUDD, 2009, p.103).

O Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (SENAD-OBID, 2007) subdivide a prevenção ao uso de drogas em três vertentes, a saber: primária, secundária e terciária. Na primeira objetiva-se evitar que ocorra o uso de drogas ou, pelo menos, que haja o retardamento do seu início; já a segunda é voltada para aqueles que já utilizaram ou ainda usam moderadamente as drogas, evitando que façam usos contínuos e prejudiciais; e, por fim, temos a última que é voltada para os dependentes químicos, abrangendo os processos de recuperação e reinserção dos viciados.

Essa consciência da necessidade de prevenção à violência e, sobretudo, da prevenção do uso indevido de drogas, possibilitou que o programa norte-americano Drug Abuse Resistance of Education (D.A.R.E) fosse trazido para o Brasil, após ter passado por algumas adaptações que o adequaram a realidade brasileira, tendo aqui adquirido o nome de Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD).

Tal programa preconiza a prevenção primária, uma vez que é voltado para crianças e adolescentes, tendo como finalidade precípua estimulá-los a ficarem longe das drogas e da violência, repassando informações que os façam refletir sobre a necessidade de pensar nas consequências dos seus atos, além de discutir sobre a auto-estima e como resistir à pressão dos companheiros.

O presente artigo tem como objetivo dar voz a estudantes que participaram do PROERD, para, a partir daí, delinear algumas considerações a cerca de sua efetividade como um programa preventivo, na visão desses alunos, ou seja, buscou-se analisar se, de acordo com a

cen las inhibiciones. Con frecuencia el consumo de drogas ilícitas está asociado a problemas de conducta que, según la sustancia y las cantidades utilizadas, pueden entrañar o provocar agresiones o violencia. Con todo, es posible que los consumidores de drogas hayan padecido trastornos de comportamiento y de personalidad antisocial antes de iniciarse en el uso de drogas, lo que les hace susceptibles a la delincuencia y al uso indebido de drogas.

En consecuencia, los delincuentes en general tienden a consumir un volumen de drogas mucho más elevado que el resto de la población".

opinião deles, se o conhecimento veiculado através do programa foi suficiente para possibilitar que fossem capazes de refletir, resistir e perceber as consequências de seus atos permanecendo longe das drogas e da violência. Para tanto neste estudo inicialmente será visto o tópico Conhecendo o PROERD, no qual são apresentadas, em linhas gerais, as características do programa; em seguida será discutido o papel da avaliação dos programas governamentais; e, por fim será feita a avaliação do PROERD, nele são apresentadas as considerações sobre a efetividade do programa, a partir dos dados levantados na pesquisa realizada.

A metodologia utilizada foi à pesquisa bibliográfica, por meio de um levantamento teórico sobre o assunto abordado, além disso, houve a realização de um estudo participante, tendo em vista o envolvimento desta pesquisadora. Para a coleta de dados foi realizada também uma pesquisa de campo na qual foi investigada uma amostra dos alunos que participaram do programa nos anos de 2006 e 2007, os quais naquele momento estavam matriculados na Escola Santo Amaro, instituição pública municipal que fica localizada em Recife no bairro que tem o mesmo nome que a escola.

2 CONHECENDO O PROERD

Inicialmente será apresentado o PROERD, destacando como ele foi implantado no Brasil, além de descrever o seu funcionamento e como ele foi organizado no estado de Pernambuco.

2.1 A implantação do PROERD no Brasil

O Programa Educacional Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) é uma adaptação do equivalente norte-americano, denominado Drug Abuse Resistance of Education (D.A.R.E). De acordo com Adam Hurter (1999), o DARE foi fundado em 1983, por um ex-policial, em Los Angeles, chamado Glenn Levant.

A ideia original, que até hoje continua sendo replicada, era de treinar policiais para que pudessem repassar para as crianças e adolescentes do ensino fundamental informações sobre a prevenção da violência e do uso indevido de drogas. Em

¹Tradução nossa, no original: "El consumo de drogas ilícitas también está estrechamente relacionado de diversas formas con la delincuencia. Los usuarios de drogas a menudo cometen delitos de móvil económico para financiar su adicción. Además, al delinquir, muchos infractores están bajo la influencia de drogas ilícitas, las cuales redu-

pouco tempo o programa se tornou um sucesso espalhando-se por todo país norte-americano e, chegando a atingir, atualmente, cerca de, 43 países ao redor do mundo, dentre eles o Brasil.

Ele foi trazido para o território brasileiro a partir de uma parceria realizada entre a Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMERJ) com o Consulado Americano do Rio de Janeiro, que possibilitou a vinda de uma equipe de policiais de Los Angeles e San Diego, em 1992. Oportunidade em que foram treinados 29 policiais militares. No ano seguinte (1993) houve um novo treinamento que habilitou os policiais militares do Rio de Janeiro a serem multiplicadores do programa DARE, permitindo que houvesse a expansão do PROERD para o Brasil, conforme é descrito, na edição especial da Revista PROERD 20 anos: uma história de sucesso.

Ele é voltado exclusivamente para policiais militares, não abrangendo as demais corporações policiais.

2.2 O Funcionamento do PROERD

O primeiro passo, para a realização do PROERD é a capacitação dos policiais militares que serão os instrutores do programa. Para participar desta capacitação o policial terá que ser voluntário, ou seja, é primordial que ele tenha o interesse em atuar como multiplicador de informações, além disso, ele deve preencher alguns pré-requisitos, quais sejam: ter concluído o ensino médio; não ser fumante; não fazer uso de bebida alcoólica; possuir habilidade para falar em público; estar pelo menos no comportamento bom²; não possuir infração disciplinar, nem administrativa e ter experiência no policiamento ostensivo.

O cumprimento desses pré-requisitos será avaliado através de um processo seletivo, baseado em dinâmicas de grupos, entrevista pessoal e preenchimento de um questionário, realizado por profissionais capacitados. Os policiais que atenderem todas as prerrogativas, realizará o Curso de Formação de Instrutores, com 80 h/a, durante duas semanas.

Este curso habilitará o policial para aplicar o programa junto aos alunos do 5º e do 7º ano do ensino fundamental. Durante este período de aplicação o instrutor comparece a escola, uma vez por semana, fardado e desarmado, oportunidade em que ministra a aula, referente à lição correspondente. Anteriormente adotava-se um currículo com 17 lições, contudo atualmente ele foi atualizado e quase que totalmente substituído pelo currículo com 10 lições. A ideia fundamental da realização do PROERD é unir a escola, a polícia e a família na prevenção da criminalidade e do uso indevido de drogas.

Há ainda um curso específico que capacita o policial a atuar junto aos pais e responsáveis e outro direcionado a educação infantil.

2.3 O PROERD em Pernambuco

Em Pernambuco, o PROERD foi implantado em 2001, mas devido ao fato de a quantidade de Policiais capacitados à época ser pequena (cerca de 10 policiais) houve muita dificuldade de sua disseminação inicial. Apesar disso, foi possível formar um grande número de crianças. Em 2005 o governo do Estado, através de uma verba do Plano Metropolitano de Política de Defesa Social e Prevenção da Violência na Região Metropolitana do Recife, capacitou cerca de 100 Polícias Militares, aumentando, consideravelmente, o número de instrutores, o que, por consequência, contribuiu para divulgação do programa em todo estado e uma maior abrangência de crianças beneficiadas.

Posteriormente, houve mais algumas capacitações de instrutores, permitindo que atualmente houvesse em média 300 policiais militares capacitados, dentre os quais cerca de 80 estavam aplicando o programa em 2013, conforme informações obtidas junto à Coordenação Estadual do PROERD em Pernambuco.

Os policiais militares que participam do curso para se tornarem instrutor do PROERD e aqueles que dão prosseguimento as atividades aplicando o PROERD nas escolas são voluntários, conforme orientação para execução do programa. Para a realização do curso de capacitação os policiais inscritos são selecionados de acordo com os pré-requisitos para ser instrutor PROERD, já mencionados neste artigo, já a aplicação decorre da vontade do próprio instrutor. No ano de 2006, logo em seguida ao fortalecimento do PROERD no estado, em decorrência dos investimentos na capacitação dos instrutores, foi aprovado o Decreto Estadual N° 29.188/2006, que regulamentou o PROERD. Posteriormente em 2010, foi publicada uma nota de instrução, por meio da portaria nº 1210, de 16 de junho de 2010, que estabeleceu as Instruções Reguladoras para o funcionamento do PROERD no estado de Pernambuco, definindo que o programa seria executado por policiais militares, sob a coordenação da Gerência Geral de Articulação e Integração Institucional e Comunitária (GGAIIC).

²A maioria dos estatutos policiais militares, inclusive o pernambucano, classifica o comportamento das praças em: excepcional, ótimo, bom, insuficiente e mau.

A Coordenação de Articulação e Apoio e a Pedagógica estariam subordinadas à GGAIC; e a Coordenação Executiva estaria subordinada ao Comando Geral da Polícia Militar de Pernambuco (PMPE).

Desde a sua implantação em Pernambuco até o ano de 2012, 204.901 pessoas foram beneficiadas pelo PROERD, entre crianças do 5º e 7º ano do ensino fundamental, além de pais e responsáveis e crianças da educação infantil.

3. O PAPEL DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

O neoliberalismo e seu princípio da intervenção mínima do estado ensejaram uma mudança gradual na organização da administrativa moderna. A administração burocrática deu lugar à administração gerencial. Na primeira o enfoque era para os processos administrativos, enquanto que na segunda prevalece o cidadão e a obtenção de resultados³. Diante disso podemos dizer que:

No lugar da velha administração pública burocrática, emergiu uma nova forma de administração – a administração gerencial –, que tomou emprestado do setor privado os imensos avanços práticos e teóricos ocorridos no século XX na administração de empresas, sem, contudo perder sua característica específica: a de ser uma administração que não está orientada para o lucro, mas para o atendimento do interesse público (BRESER PEREIRA apud CUNHA, 2006, p.03).

Este novo modelo de administração exige dos administradores uma preocupação constante com a gestão dos programas e projetos governamentais e uma das ferramentas indispensáveis nesta tarefa é a avaliação.

3.1 A importância da avaliação

A avaliação de políticas públicas possui uma relevante importância, por que:

Além de ser útil para medir a eficácia da gestão pública, a avaliação é decisiva também para o processo de aprendizagem institucional e também contribui para a busca e obtenção de ganhos das ações governamentais em termos de satisfação dos usuários e de legitimidade social e política. Por essas e outras razões, tem sido ressaltada a importância dos processos de avaliação para a reforma das políticas públicas, modernização e democratização da gestão pública (RAMOS, 2008, p. 02).

Pelo exposto, fica demonstrado o quanto a avaliação é essencial para a efetivação de uma administração pública gerencial, na medida em que o administrador apenas poderá centrar na obtenção dos resultados, quando puder mensurá-los e avaliá-los.

3.2 Tipos de avaliação

Costuma-se classificar a avaliação a partir dos seguintes critérios: quanto ao agente que a realiza, quanto à natureza, quanto ao momento de sua realização e quanto aos tipos de problemas que a avaliação responde. O quadro a seguir define, de forma sintática, cada um desses tipos:

Tabela 01- Tipos de Avaliação

QUANTO AO MOMENTO DE SUA REALIZAÇÃO	Avaliação ex-ante – Feita no início do programa
	Avaliação ex-post – Feita durante a execução ou após o término do programa.
QUANTO AO AGENTE QUE A REALIZA	Avaliação externa – feita por avaliadores de fora da instituição responsável pelo programa avaliado.
	Avaliação interna – feita pela própria instituição responsável pelo programa avaliado.
	Avaliação mista – feita por avaliadores externos, em parceria com os componentes da instituição responsável pelo programa avaliado.
QUANTO À NATUREZA	Avaliação participativa – viável apenas para projetos menores, uma vez que permite que os beneficiários planejem, programem, executem e avaliem esses projetos.
	Avaliações formativas – referem-se ao momento de formação do programa, ou seja, ao seu início. Buscam informações para as etapas de implementação do programa.
	Avaliações somativas – Realizadas quando o programa já está sendo implementado ou já tenha sido concluído. Procuram verificar a efetividade do programa.
QUANTO AOS TIPOS DE PROBLEMAS QUE A AVALIAÇÃO RESPONDE	Avaliação de processos – Consiste na realização de avaliações periódicas que buscam possibilitar correções e alterações do programa enquanto ele está sendo executado.
	Avaliação de impactos ou resultados – Após o término do programa, procura investigar se ele atingiu seus objetivos.

Fonte: Oliveira, 2013. (Elaborado com base em Cunha, 2006).

4. AVALIANDO O PROERD

4.1 Por que avaliar o PROERD?

Acredito que muito mais do que beneficiar a comunidade atendida pelo PROERD, este programa beneficia a própria polícia e, sobretudo, exerce um grande benefício para o próprio policial, sem dúvida alguma para mim é motivo de grande orgulho ter sido uma PROERDiana, infelizmente não sou mais por atualmente não fazer mais parte da PMPE, mas o amor e o carinho sentido pelos alunos jamais serão esquecidos.

Todavia, sempre me questionava se efetivamente aquelas palavras de prevenção haviam permanecido na vida das crianças, que tive a oportunidade de ensinar, além da curiosidade de saber como elas estavam e se realmente tinham permanecido longe das drogas e da violência.

³É importante ressaltar que alguns autores questionam o enfoque no cidadão do neoliberalismo, visto que esse modelo econômico gera diferentes hierarquias de cidadãos, ou ainda como aponta Souza (2012) gera a subcidadania.

Sempre soube que isso seria muito difícil, pois todas as escolas em que apliquei o PROERD ficaram localizadas em bairros da capital pernambucana com altos índices de violência e criminalidade, como: Coelhos, Santo Amaro e Iputinga.

Sem dúvida alguma, essa curiosidade e o desejo de reencontrar meus antigos alunos foram os primeiros motivadores para a realização dessa pesquisa, além disso, outro fator importante foi o conhecimento de pesquisas norte-americanas que apontavam para o fato de que o DARE não seria eficaz na prevenção ao uso de drogas. Macedo (2008) organizou as pesquisas relacionadas ao DARE, segundo ela há os favoráveis ao programa (BUREAU OF JUSTICE ASSISTANCE, 1995), os contrários a ele (ELLIOT, 1995; LEVIN, 1999; HANSON, 2002) e os estudos que buscam avaliá-lo (HARMON, 1993; ROSENBAUM e HANSON, 1998; RINGWALT, C. L. et al., 1994; ENNETT, Susan T. et al., 1994). Os primeiros consideravam que o programa não era eficaz na prevenção do uso de drogas e, em alguns casos, poderia, até mesmo, influenciar as crianças ao uso, na medida em que, chamava a atenção delas para o assunto; já os segundos, defendiam a eficácia do programa, procurando demonstrar que ele auxiliava na prevenção do uso de drogas.

Diante desses argumentos, ficou evidente a necessidade de avaliar a efetividade do PROERD, que com uma avaliação séria e completa sobre o programa permitirá identificar possíveis falhas, otimizando os seus resultados e o fortalecendo. No Brasil, apesar das tentativas de adoção do modelo de administração gerencial, pouco se fala em avaliação do PROERD, foi encontrada apenas uma pesquisa realizada em Minas Gerais.

Em Pernambuco houve um estudo que detalhou o funcionamento do PROERD de forma ampla, realizada por Eleta Cristina Santos da Fonseca Lins para elaboração de sua dissertação de mestrado, todavia com relação ao comportamento atual dos ex-alunos foi destacado apenas um levantamento realizado pela pesquisadora na unidade policial da cidade de Limoeiro sobre o envolvimento dos ex-alunos em infrações, segundo ela:

O PROERD atingiu mais de 500 alunos no município de Limoeiro, e para verificar quantos alunos, após o curso do PROERD, se envolveram em algum delito, solicitamos esta informação à 115ª Unidade Seccional de Polícia Civil de Limoeiro. Apresentamos uma relação com 150 nomes dos alunos que concluíram o PROERD em 2007 das escolas: João Heráclio Duarte, localizada no centro do município; Salomão Ginsburg, que fica

próximo ao Morro do Redentor, área de maior índice de violência de Limoeiro e onde acontecem periódicos confrontos entre a polícia e traficantes de drogas; e Escola Otaviano Basílio, localizada no bairro do Ipsep, também em Limoeiro; todas são escolas municipais e os alunos do 5º ano do ensino fundamental. Segundo a declaração emitida pela 115ª Seccional, não foram encontrados nos registros da referida delegacia nada que venha a desabonar a conduta dos alunos que participaram do PROERD (LINS, 2009, p.42).

A pesquisadora supracitada destacou ainda a necessidade de um monitoramento periódico em relação aos PROERDianos de todo o estado, o que não aconteceu até o momento.

O crescimento quantitativo do PROERD em Pernambuco é significativo, conforme já visto, são mais de duzentas mil pessoas beneficiadas, em quase todos os municípios pernambucanos, todavia acredito que seja essencial para o seu fortalecimento, ou quem sabe para que haja possíveis correções que ele possa ser avaliado qualitativamente e que ocorra um acompanhamento dessas pessoas que passaram pelo programa.

Pensando nisso a Coordenação Estadual do PROERD, a partir deste ano (2013) começou a realizar o cadastramento eletrônico de todos os seus alunos o que é bastante positivo, mas é preciso haver a preocupação também com os que participaram do programa anteriormente e para isso nós propomos uma avaliação participativa, somativa, ex-post e de impactos ou resultados. Revisitando antigos alunos, para analisar se efetivamente o programa os auxiliaram a ficar longe das drogas e da criminalidade e também se ele permitiu uma mudança de visão da polícia militar e se eles sugerem a continuidade do programa.

Sugerimos ainda que tal pesquisa avaliativa seja realizada em todo o estado, como também em escolas públicas e privadas beneficiadas, para que seja possível perceber se há distinções na efetividade do programa de acordo com aspectos regionais e sociais. É primordial também que paralelamente a avaliação feita junto aos ex-alunos haja uma pesquisa com alunos que não tenham participado do PROERD, pois isso possibilitará o estabelecimento de um paradigma comparativo.

Para este artigo foi elaborada uma pesquisa avaliativa demonstrativa ou preliminar, na qual foi escolhida uma amostra de ex-alunos PROERD que foram encontrados e responderam um questionário intitulado "Instrumento

to para avaliação diagnóstica da influência do PROERD”, conforme será detalhado a seguir.

4.1 Percurso Metodológico

Esta pesquisadora teve a oportunidade de aplicar o PROERD em quatro escolas diferentes, sendo todas localizadas em Recife, em 2005, foi na Escola Estadual Fernandes Vieira, localizada no bairro da Iputinga e na Escola Municipal Reitoria João Alfredo, localizada no Bairro dos Coelhos; em 2006, novamente estive na Escola Estadual Fernandes Vieira e em mais duas outras escolas que eram localizadas no bairro de Santo Amaro, eram elas: Escola Municipal Lutadores do Bem e Escola Municipal Santo Amaro; por fim, em 2007, estive apenas na Escola Municipal Santo Amaro.

Conforme já mencionado, a escola escolhida para realização da avaliação diagnóstica preliminar foi a Escola Municipal Santo Amaro, que funcionava justamente até o 5º ano do ensino fundamental. Os motivos relevantes para ela ter sido, escolhida dizem respeito ao fato de que o programa foi aplicado durante dois anos, além disso, a localização da escola foi decisiva, pois está situada numa área central, dentro de uma comunidade com elevados índices de violência, além de estar próxima a outras escolas em que os ex-alunos poderiam estar matriculados.

Em 2006, quando o PROERD foi aplicado havia na escola duas turmas do 5º ano do ensino fundamental, uma pela manhã com 19 alunos e outra à tarde com 18 alunos; Em 2007, também havia duas turmas, a matutina tinham 21 alunos e a vespertina 18, totalizando uma população de 76 alunos.

Aproposta era reencontrar alguns destes alunos e para isso esta pesquisadora percorreu várias escolas localizadas no mesmo bairro da escola escolhida para realização dessa avaliação diagnóstica, em que esses alunos pudessem estar matriculados. Foram encontrados, 06 na Escola Aníbal Fernandes, 03 no Ginásio Pernambucano, 02 na Escola José Maria. Havia ainda mais 02 alunos na Escola José Maria que participaram do PROERD, todavia até a conclusão deste artigo não foi possível entrevistá-los. Houve ainda a notícia de que um desses ex-alunos havia sido assassinado. Ou seja, do total de 76 alunos forma encontrados 11 que responderam ao questionário intitulado “Instrumento para avaliação diagnóstica da influência do PROERD”. É importante frisar que tal amostra é não probabilística, visto que neste estudo preliminar optou-se pela valorização dos aspectos qualitativos e comportamentais e não quantitativos. Tal questionário era composto por duas partes,

sendo a primeira relativa aos dados pessoais e socioeconômicos, enquanto que a segunda referia-se à avaliação diagnóstica propriamente dita.

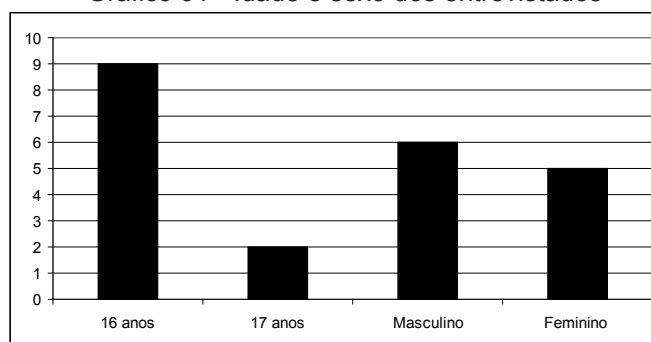
Os entrevistados eram instruídos a responderem as perguntas de forma sincera, foi informado a todos que não precisavam se identificar e que quando concluíssem colocariam os questionários juntos aos dos seus colegas.

Inicialmente disscorreremos sobre a primeira parte, ocasião em que será realizada a caracterização da amostra analisada. Em seguida será analisada a segunda parte do questionário que era voltada para realização da avaliação diagnóstica propriamente dita, uma vez que indagava os alunos sobre sua participação no PROERD e como haver participado influenciou (ou não) o seu distanciamento das drogas e da violência.

4.2 Caracterizando a amostra analisada

A amostra analisada era composta de 11 (onze) ex-alunos do PROERD. Quanto aos seus dados pessoais e socioeconômicos foram realizadas cinco perguntas. As duas primeiras eram relativas à idade e ao sexo do entrevistado e foi verificado que 09 (nove) entrevistados têm 16 anos e 02 (dois) têm 17 anos, quanto ao sexo 06 (seis) pertencem ao sexo masculino enquanto que 05 (cinco) ao feminino. Conforme pode ser visualizado no gráfico a seguir:

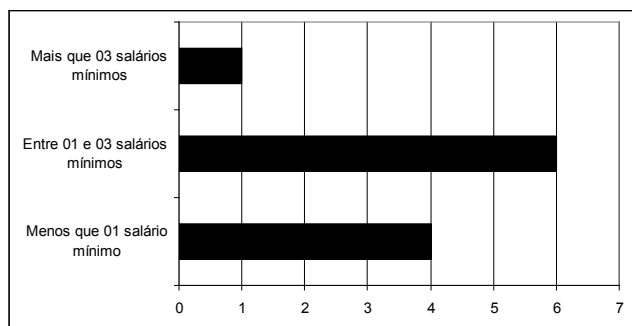
Gráfico 01 - Idade e sexo dos entrevistados



Fonte: Oliveira, 2013.

Em seguida foi questionada a renda familiar dos entrevistados, sendo possível aos mesmos a escolha de uma das seguintes alternativas: menos que 01 salário mínimo, entre 01 e 03 salários mínimos e mais que 03 salários mínimos. 04 (quatro) entrevistados responderam que sua renda familiar é de menos de 01 salário mínimo, 06 (seis) responderam que está entre 01 e 03 salários mínimos e apenas 01 (um) respondeu que sua renda familiar é superior a 03 salários mínimos. Tal realidade foi representada pelo gráfico a seguir:

Gráfico 02 - Renda Familiar dos Entrevistados



Fonte: Oliveira, 2013.

Foi questionada ainda qual a série que os entrevistados estão cursando atualmente, que variou entre o 9º ano do ensino fundamental e o 3º ano do ensino médio. Por fim foi questionado se eles trabalhavam ou exerciam alguma função remunerada, tendo todos respondidos que não.

4.3 Discussão dos dados obtidos

A segunda parte do questionário realizou a avaliação diagnóstica da influência do PROERD. Ela possuía 08 (oito) perguntas.

A primeira questionava se o entrevistado fumava ou já havia fumado, atrelada a esta pergunta, solicitava-se que fosse especificado a frequência, caso a resposta fosse afirmativa. 09 (nove) responderam que nunca fumaram, 02 (dois) responderam sim ao questionamento, tendo um especificado que fumou por um período e parou e o outro dito que fumava pelo menos uma vez por semana.

A segunda pergunta era semelhante à primeira, a única distinção é que se referia ao consumo de bebidas alcoólicas. Neste questionamento apenas 03 (três) entrevistados responderam negativamente, os 08 (oito) restantes responderam de forma positiva, tendo 01 (um) respondido que bebeu apenas para experimentar, 06 (seis) responderam que beberam por um período, mas pararam e 01 (um) respondeu que bebe pelo menos uma vez por semana.

Com relação a esta pergunta vimos que as respostas obtidas refletem uma triste realidade do aumento do consumo de álcool pelos adolescentes. A reportagem “Adolescentes começam a beber cada vez mais cedo”, da jornalista Natalia Cuminale, veiculada no site da Revista Veja, demonstrou a realidade do assunto, conforme pode ser visto a seguir:

Os dados sobre o tema são preocupantes. Segundo pesquisa divulgada pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), 80% dos adolescentes já beberam alguma vez na vida e 33% dos alunos do ensino médio consumiram álcool excessivamente no mês anterior à pesquisa. Outro estudo, realiza-

do pela Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) com universitários, mostrou que 22% dos jovens estão sob risco de desenvolver dependência de álcool. Mais um indício: de acordo com o departamento de comunicação dos Alcoólicos Anônimos, o número de jovens em busca das reuniões aumentou significativamente nos últimos cinco anos. “Era um cenário esperado. Os jovens consomem muito álcool e há uma preocupação, do ponto de vista médico, porque isso ocorre cada vez mais cedo”, diz o médico Arthur Guerra de Andrade, do Departamento de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da USP (Universidade de São Paulo) e autor do estudo do Senad (CUMINALE, 2010).

A terceira pergunta repete o mesmo modelo das duas primeiras sendo que questiona sobre a utilização de drogas ilícitas (maconha, crack e etc.). 09 (nove) alunos informaram que nunca utilizaram drogas ilícitas, apenas 02 (dois) afirmaram que já utilizaram, todavia afirmando que o fizeram por um tempo, mas pararam. Coincidentemente os alunos que admitiram terem utilizado drogas ilícitas são os que estão com uma maior defasagem escolar, uma vez que ainda estão no ensino fundamental, enquanto que a maioria dos seus colegas já está no ensino médio, sem dúvida alguma, essa é uma vertente que poderá ser mais bem explorada com a realização da avaliação completa proposta neste artigo.

A quarta pergunta questionava se o ex-aluno já havia tido algum problema de comportamento (expulsão/detenção da escola, detenção ou prisão pela polícia), 03 (três) responderam positivamente, 02 (dois) não responderam e 06 (seis) responderam de forma negativa.

Considerando a vulnerabilidade a que está exposta a maior parte dos entrevistados, tendo em vista o fato de morarem em uma comunidade marcada pela violência e pelo tráfico de drogas, predominou a não utilização de drogas, apenas com relação ao uso do álcool, houve um maior número de respostas afirmativas, todavia é importante que haja um comparativo com jovens que possuam condições socioeconômicas equivalentes a deles e que não tenham participado do PROERD para que haja mensuração se verdadeiramente o saldo foi positivo ou não.

As perguntas seguintes foram abertas possibilitando que o entrevistado tivesse maior liberdade para expor sua opinião. A quinta pergunta questionava como eles viam a participação deles no PROERD atualmente, com relação a ela apenas um entrevistado não a respondeu, quanto aos demais todos declaram ter valido a pena ter participado do programa. A maior par-

te deles destacou que foi importante por terem aprendido muitas coisas, um dos entrevistados declarou ainda que valesse a pena ter participado, por haver o influenciado a não fumar maconha.

A sexta pergunta questionava se o PROERD os havia influenciado de alguma forma para que não utilizassem drogas ou não se envolvessem com a criminalidade, todos responderam que foram sim influenciados pelo programa, destacamos as respostas dadas por 02 (dois) dos entrevistados, um deles disse que: “o PROERD falou que usar drogas mata, não dá futuro, porque só leva a morte ou prisão” e outro destacou que: “esse programa foi muito importante para minha infância e para minha vida”.

A sétima pergunta dizia respeito à forma como o entrevistado via a polícia militar, procurando saber se a participação no programa havia mudado essa visão, 02 (dois) alunos não responderam, 03 (três) responderam apenas que não e 06 (seis) responderam que houve mudança, um deles disse que “eu pensei que a polícia era muito rígida e quando eu conheci o PROERD tudo mudou”.

A última pergunta procurava saber se na opinião dos entrevistados o PROERD deveria continuar a ser ministrado para as crianças, todos eles responderam de forma afirmativa, um deles chegou a afirmar que o programa deveria estar presente em todas as escolas, outro afirmou que: “do jeito que me ensinou e ajudou, pode ajudar outras crianças também”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término de cada turma do PROERD era solicitado aos alunos que escrevessem uma redação sobre o programa, era sempre muito gratificante ler as mensagens de carinho e amor das crianças e, principalmente, porque na maioria dos casos percebia-se que elas se comprometiam verdadeiramente a ficarem longe das drogas e da violência. Apesar disso, sabia que as influências negativas a que estariam expostos por estar inserido, na maioria das vezes, em comunidades violentas, o que poderia levá-las para o caminho errado. A preocupação e a curiosidade de saber como estariam essas crianças me fez perceber a necessidade de realizar uma avaliação do PROERD. Esta percepção foi fortalecida após conhecer as primeiras pesquisas que criticavam o Dare.

Diante disso, conforme já esclarecido neste artigo defendo a realização de uma avaliação diagnóstica completa do programa, que verifique sua efetividade junto aos seus ex-alunos, possibilitando, caso necessário, ajustes e correções que propiciarão as melhorias cabíveis.

Neste artigo realizamos apenas uma avalia-

ção preliminar ou demonstrativa, mas já foi possível verificar que de forma majoritária o programa foi bem recebido pelos alunos e possibilitou para a maioria o afastamento das drogas e da violência, a única exceção diz respeito ao consumo de bebidas alcoólicas. Apesar de que, é importante enfatizar que o uso de drogas e a violência (ou não uso) não podem ser analisados apenas sob o prisma da participação ou não no curso do PROERD, porque as dimensões relativas a este uso (ou não uso) são multicausais.

Pode ser enfatizado mais uma vez que em paralelo a avaliação do programa deve ser feita uma pesquisa equivalente junto a adolescentes que não tenham participado do programa, pois essa ação propiciará que haja um paradigma comparativo.

Esperamos que a realização dessa pesquisa preliminar ou demonstrativa desperte o interesse da comunidade acadêmica e dos órgãos estatais permitindo que esta avaliação ampla seja realizada contribuindo para a verificação completa da efetividade (ou não) do PROERD e a partir daí possamos ter um programa que melhor assista à comunidade, formando crianças preparadas para dizerem não às drogas e à violência.

REFERÊNCIAS

CUMINALE, N. **Adolescentes começam a beber cada vez mais cedo**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/saude/adolescentes-comecam-a-beber-cada-vez-mais-cedo>> Acesso em março de 2013.

CUNHA, C. G. S. **Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil**. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper06.pdf>> Acesso em março de 2013.

HURTER, A. **DARE Sucks**. Disponível em: <<http://www.wesleyan.edu/hermes/prev/feb99/7A.htm>> Acesso em março de 2013.

LINS, E.C.S.F. **Análise do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à violência**. 2009. 90 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

MACEDO, J.C.A. **Práticas educativas da Polícia Militar do Estado de São Paulo: o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência**. 2008. 231 f. Dissertação (Mestrado

em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

OLIVEIRA, F.C. et al. **Avaliando o PROERD: desafios e possibilidades**. Disponível em: <www.simpósioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/DC17.pdf> Acesso em março de 2013.

ONUDD 2009. **Informe Mundial de las Drogas**. Publicación de las Naciones Unidas, 2009.

PROERD. **PROERD 20 anos: uma história de sucesso (Edição especial)**. Rio de Janeiro: PMERJ, agosto de 2012.

RAMOS, Marília. **Avaliação de Políticas Públicas e Programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos**. Disponível em: <www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/.../ABEP2008_1158.pdf> Acesso em março de 2013.

SENAD-OBID. **Prevenção – Tipos de prevenção**. Disponível em: <http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/conteudo/index.php?id_conteudo=11431&rastra=PREVEN%C3%87%C3%83O%2FTipos+de+Preven%C3%A7%C3%A3o/Preven%C3%A7%C3%A3o+prim%C3%A1ria%2C+secundaria+e+terci%C3%A1ria> Acesso em março de 2013.

SOUZA, J. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

**ARTIGO SUBMETIDO EM 27/11/2013 E ACEITO
PARA PUBLICAÇÃO EM 19/09/2014.**
